

***Tecondi - Terminal para
Contêineres da Margem
Direita S.A.***

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18.a), em 27 de novembro de 2012, os acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a capitalização de reservas de R\$88.807 mil, incluindo o lucro líquido de R\$ 43.080 mil do período de dez meses findo em 31 de outubro de 2012, conforme balanço intermediário levantado para esse fim. No entanto, no período de dois meses até 31 de dezembro de 2012, parte desse lucro líquido intermediário foi revertido. Como resultado, foi gerado um prejuízo acumulado, em 31 de dezembro de 2012, de R\$19.447 mil. A Administração da Companhia está avaliando com seus assessores jurídicos se há alguma providência a ser tomada em relação a esse fato. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As demonstrações financeiras e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de janeiro de 2012, sem ressalvas.

São Paulo, 4 de março de 2013



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

TECONDI - TERMINAL PARA CONTÊINERES DA MARGEM DIREITA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2012	31/12/2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	176.946	18.131	Fornecedores		16.055	13.448
Clientes	6	45.543	21.014	Empréstimos e financiamentos	14	37.080	43.863
Estoques		5.487	5.697	Arrendamento mercantil financeiro		-	11
Tributos a recuperar	7	-	1.507	Debêntures	15	29.439	-
Despesas antecipadas	8	546	3.217	Partes relacionadas	16	53.539	3.648
Demais contas a receber		1.466	1.134	Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	5.341	4.046
Total do ativo circulante		229.988	50.700	Obrigações sociais e trabalhistas		9.852	7.240
NÃO CIRCULANTE				Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	9	1.305	1.273
Títulos e valores mobiliários	5	584	-	Provisão para imposto de renda e contribuição social		5.902	604
Tributos a recuperar	7	-	17	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		-	5.101
Tributos diferidos	12.a)	387.531	637	Demais contas a pagar		2.846	2.794
Partes relacionadas	16	16	-	Total do passivo circulante		161.359	82.028
Demais contas a receber		-	173	NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	9	-	37.340	Fornecedores		-	8.667
Imobilizado	10	220.269	209.454	Empréstimos e financiamentos	14	33.701	62.040
Intangível	11	1.249	1.121	Debêntures	15	596.618	-
Total do ativo não circulante		609.649	248.742	Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	17	10.233	2.366
				Partes relacionadas		-	26.623
				Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	9	7.728	8.991
				Demais contas a pagar		13.445	-
				Total do passivo não circulante		661.725	108.687
TOTAL DO ATIVO		839.637	299.442	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18.a)	36.000	36.000
				Reserva de lucros - legal	18.b)	-	7.200
				Reserva de lucros - estatutária		-	10.857
				Reserva de lucros	18.c)	-	54.670
				Prejuízo do exercício		(19.447)	-
				Total do patrimônio líquido		16.553	108.727
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		839.637	299.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TECONDI - TERMINAL PARA CONTÊINERES DA MARGEM DIREITA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
RECEITA LÍQUIDA	19	404.309	355.312
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(195.555)	(212.634)
LUCRO BRUTO		<u>208.754</u>	<u>142.678</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas operacionais	20	(161.661)	(44.726)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>(3.508)</u>	<u>1.073</u>
		(165.169)	(43.653)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>43.585</u>	<u>99.025</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	25.293	15.694
Despesas financeiras	21	<u>(24.419)</u>	<u>(32.683)</u>
		874	(16.989)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>44.459</u>	<u>82.036</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	12.b)	(31.708)	(25.412)
Diferidos	12.b)	<u>13.378</u>	<u>(1.537)</u>
		(18.330)	(26.949)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>26.129</u>	<u>55.087</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO	22	<u>0,85</u>	<u>1,97</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TECONDI - TERMINAL PARA CONTÊINERES DA MARGEM DIREITA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO	26.129	55.087
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>26.129</u>	<u>55.087</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TECONDI - TERMINAL PARA CONTÊINERES DA MARGEM DIREITA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Legal	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar		Estatutária	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		28.000	(4.870)	4.517	7.303	36.577	-	71.527
Integralização do capital	18.a)		4.870	-	-	(4.870)	-	-
Aumento de capital	18.a)	8.000	-	-	-	(8.000)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	55.087	55.087
Destinação do lucro:								
Juros sobre Capital Próprio (R\$ 0,15 por ação)		-	-	-	-	-	(4.292)	(4.292)
Distribuição de lucros (R\$ 0,30 por ação)		-	-	-	-	(494)	(8.000)	(8.494)
Dividendos propostos (R\$ 0,18 por ação)		-	-	-	-	-	(5.101)	(5.101)
Constituição de reservas	18.b)	-	-	2.683	3.554	-	(6.237)	-
Retenção de Lucros		-	-	-	-	31.457	(31.457)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		36.000	-	7.200	10.857	54.670	-	108.727
Incorporação da parcela cindida da Aba Porto	18.a)	(233.830)	-	-	-	-	-	(233.830)
Aumento de capital	18.a)	145.023	-	-	-	-	-	145.023
Capitalização de reservas	18.a)	88.807	-	(7.200)	(10.857)	(27.670)	(43.080)	-
Dividendos pagos (R\$ 0,96 por ação)	18.c)	-	-	-	-	(27.000)	-	(27.000)
Dividendos intermediários pagos (R\$0,09 por ação)	18.c)	-	-	-	-	-	(2.496)	(2.496)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	26.129	26.129
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		36.000	-	-	-	-	(19.447)	16.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TECONDI - TERMINAL PARA CONTÊINERES DA MARGEM DIREITA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.459	82.036
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	18.697	24.363
Baixa/perda do ativo imobilizado e do intangível	1.306	159
Perdas com contas a receber	587	400
Constituição de provisão para perdas trabalhistas e cíveis e atualização monetária	63.286	(181)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	(9.754)	-
Encargos financeiros e variação monetária , financiamentos, empréstimos e debêntures	17.150	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(25.116)	(6.478)
Estoques	210	(3.059)
Tributos a recuperar	558	1.544
Despesas antecipadas	2.671	(2.716)
Depósitos judiciais	(8.249)	(11.376)
Demais contas a receber	26	(579)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(6.119)	3.585
Obrigações sociais e trabalhistas	2.462	1.599
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.277	(1.224)
Partes relacionadas	11.844	(2.021)
Pagamento de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	(76)	-
Demais contas a pagar	13.470	2.605
Imposto de renda e contribuição social pagos	(24.526)	(25.836)
Juros pagos	(6.884)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>97.279</u>	<u>62.821</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Partes relacionadas - mútuo	(350)	-
Aquisição de imobilizado	(30.388)	(32.900)
Aquisição de intangível	(538)	(235)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(31.276)</u>	<u>(33.135)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	(1.231)	-
Títulos e valores mobiliários	(584)	-
Partes relacionadas	11.757	-
Aumento de capital	145.023	-
Caixa e equivalentes de caixa recebidos em aumento de capital - vide nota e explicativa nº1	9.183	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(34.597)	(17.618)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(36.739)	(3.407)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>92.812</u>	<u>(21.025)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>158.815</u>	<u>8.661</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.131	9.470
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	176.946	18.131
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>158.815</u>	<u>8.661</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TECONDI - TERMINAL PARA CONTÊINERES DA MARGEM DIREITA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tecondi – Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., (“Companhia”) foi constituída em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, objetivo da Concorrência nº 06/97 da Empresa do Estado de São Paulo - CODESP, da qual foi vencedora. A Companhia está sediada no Estado de São Paulo e tem prazo de duração indeterminado.

Em 12 de junho de 1998, foi assinado com a CODESP o contrato de arrendamento para exploração do terminal pelo prazo de 25 anos, que prevê investimentos mínimos da Companhia na construção de um berço de atracação e implantação de instalações especializadas na movimentação e armazenagem de contêineres em uma área total de 170.000 m², atualmente a Companhia possui uma área de 136.000 m², restando uma área de 34.000 m² que será fornecida pela Codesp. O referido contrato também prevê que a CODESP efetuará o ressarcimento à Companhia da parte que corresponde as obras de infraestrutura que compõem o “Sítio Padrão” do Porto de Santos.

Em conformidade com as disposições contratuais, na extinção do arrendamento por decursos de prazo, todos os bens que integram o terminal, inclusive as instalações portuárias construídas pela Companhia, serão revertidos para a CODESP, de forma gratuita e automática.

O ato Declaratório nº 58 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 12 de setembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2000, nomeou o Pátio 1 como recinto alfandegado, para operar como instalação portuária de uso público sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, no Estado de São Paulo. A operação como recinto alfandegado foi iniciada em outubro de 2000, após a conclusão das obras necessárias ao desempenho dessa atividade.

O Ato Declaratório nº 43 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 13 de maio de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2004, designou o Pátio 2 como recinto alfandegado, nas mesmas condições do Pátio 1. A operação do Pátio 2 foi iniciada no mesmo mês.

O Ato de Declaratório nº 68 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 15 de julho de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2005, designou o Pátio 3 como recinto alfandegado para exportação, nas mesmas condições dos Pátios 1 e 2. A operação do Pátio 3 foi iniciada no mesmo mês.

A Companhia têm como premissa a renovação do contrato de concessão, em 2023, por mais 25 anos, conforme previsão na cláusula décima sexta do Contrato de Arrendamento PRES 028.98 (“Contrato”), que prevê tal faculdade mediante solicitação da Companhia ao Poder Concedente. A partir da Lei nº 8.630/93 e Lei nº 8.987/95 e princípios administrativos, a Companhia entende que bastará a comprovação do adimplemento das obrigações do Contrato e existência de interesse público para sua prorrogação. A Companhia entende também que, de acordo com seu plano de investimentos e com sua relevante participação no mercado, terá plenas condições de cumprir as exigências para renovação.

Incorporação

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão total da então controladora direta Aba Porto Participações S.A., nos termos do Protocolo de Cisão Total com versão do Patrimônio Líquido. Como resultado dessa cisão, a Aba Porto participações S.A. foi extinta de pleno direito e as empresas Tecondi - Terminal para Containers da Margem Direita S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda e Termlog Transporte e Logística Ltda tornaram-se suas sucessoras.

A parcela correspondente à Companhia, conforme laudo de avaliação preparado por auditores independentes, foi incorporada conforme segue:

	<u>R\$</u>
<u>ATIVO</u>	
<u>CIRCULANTE</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	9.183
Tributos a recuperar	918
Outros créditos	<u>185</u>
Total do ativo circulante	<u>10.286</u>
<u>ATIVO</u>	
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.756
Tributos diferidos	5.780
Crédito tributário diferido	367.736
Imobilizado/Intangível	<u>20</u>
Total do ativo não circulante	<u>385.292</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>395.578</u>
<u>PASSIVO</u>	
<u>CIRCULANTE</u>	
Fornecedores	59
Debêntures	20.882
Impostos e contribuições a recolher	18
Obrigações sociais	150
Outras contas a pagar	<u>27</u>
Total do passivo circulante	<u>21.136</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
Debêntures	596.515
Outras contas a pagar	<u>11.757</u>
Total do passivo circulante	<u>608.272</u>
<u>ACERVO LÍQUIDO INCORPORADO</u>	<u>(233.830)</u>

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.5. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.

- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Companhia, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.6. Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.7. Imobilizado

As edificações, os móveis e utensílios, as máquinas e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8. Ativos intangíveis

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.9. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.10. Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures (vide notas explicativa nº 14 e nº 15). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11. Tributação

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

2.12. Provisões

a) Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 17.

b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas.

2.13. Demais contas a receber e a pagar, circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.14. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

2.15. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e debêntures, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

2.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.17. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação. A Companhia não possui ações que tenham potencial de diluição.